

POBREZA: UM CONCEITO CONTROVERSO

Fernando Scheeffer¹

RESUMO

Falar de pobreza é falar de um tema extremamente controverso e como tal repleto de significados. Diante desse contexto o presente artigo busca apresentar em um primeiro momento duas grandes possibilidades de definição, para em um segundo momento compreender o fenômeno pobreza nas diferentes teorias do Estado, ou seja, compreender as diferentes visões da pobreza e a respectiva responsabilidade/comprometimento que o Estado tem diante dessa problemática. Em síntese, de um ponto de vista liberal/neoliberal ela pode ser considerada natural e sua amenização se dá no âmbito do mercado e na garantia da liberdade individual só alcançada a partir da diminuição da interferência do Estado na economia e na vida das pessoas. Por um viés social-democrata a superação do problema se dá a partir de um Estado interventor, seja na economia, seja na vida das pessoas através do oferecimento de políticas públicas. A partir de uma perspectiva marxista a erradicação da pobreza só pode ser pensada a partir da construção de uma outra lógica que não a capitalista. A premissa fundamental é de que a pobreza ou os custos sociais são parte estruturante do modo de produção capitalista e, mais do que isso, "motor" para o mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: pobreza; superação; ideologias políticas.

INTRODUÇÃO

É notória a centralidade que o conceito “pobreza” passou a assumir desde início dos anos 1990, sobretudo em função de sua ampla utilização, tanto em relatórios de organismos internacionais quanto em documentos de formulação e avaliação de políticas públicas, principalmente de países seguidores das recomendações dessas agências. No entanto fica evidente que é este um tema bastante controverso. Não há uma definição única para pobreza, estando este problema na pauta de sociólogos, economistas, historiadores, geógrafos, antropólogos e outros cientistas sociais.

Ao compreender a complexidade do fenômeno, seus diferentes conceitos e formas de abordagem, torna-se possível conceber políticas públicas que busquem trazer soluções eficazes para o problema ou ainda ignorá-lo se concebido como natural. No que se refere à Assistência Social, a compreensão de que pobreza estamos nos referindo tem ainda mais sentido visto que é nesta área que se encontram políticas públicas que procuram trazer

¹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas e doutorando em Sociologia Política (UFSC).

respostas para as parcelas da população que se encontram em situação de vulnerabilidade social, dentre elas os “pobres”. Em decorrência da concepção de pobreza que se tenha variam os instrumentos de superação e ainda os mesmos podem ser concebidos no campo do "direito" ou do "favor".

Nesta perspectiva, o presente artigo busca trazer elementos para tornar essa discussão mais concreta e menos abstrata e vaga. Afinal, o que é pobreza? É possível superá-la? Estas e outras questões são trazidas à baila para demonstrar o quão controverso é este tema e como e porque ainda carrega forte carga emotiva. Para dar conta dessas questões, o trabalho em questão começa trazendo os diferentes significados atribuídos ao termo, para em um segundo momento pensar a possibilidade de superação ou não da pobreza a partir do resgate das diferentes matrizes político-ideológicas. Querendo ou não, o vínculo a um ou outro influencia diretamente na forma de conceber e se posicionar em relação a esta temática.

1 EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

De forma geral o fenômeno da pobreza é concebido como “falta”, ou de recursos materiais básicos para a manutenção da vida, ou de falta de

cidadania. Esta distinção, apesar de parecer pouco clara, representa uma cisão importante e que pode ser detectada nos inúmeros estudos sobre pobreza. O primeiro caso expressa o que foi denominado de “dimensão econômica”, enquanto o segundo expressa o que foi denominado “dimensão política” do fenômeno. Tal distinção reflete o estabelecimento de uma hierarquia em relação ao elemento central a ser analisado e levado em conta. Desta forma isso não significa que sejam excludentes. Pode-se falar, então, na pobreza compreendida no seu aspecto unidimensional (insuficiência de renda), assim como em seu aspecto multidimensional (privação das capacidades). Em ambos os casos a pobreza é vista como negativa (GARCIA, 2005).

Para Garcia (2005) a chamada “dimensão econômica” pode ser simplificada como uma tendência de análise que enfatiza a falta de recursos materiais para a manutenção da vida. Como já colocado anteriormente, embora em alguns momentos a “dimensão econômica” se aproxime da “dimensão política”, no geral, é possível fazer a distinção em termos de ênfase.

Tanto Diniz e Arraez² quanto Rocha³, autores citados por Teixeira (2007), corroboram essa perspectiva. Os primeiros autores, sob o prisma econômico, afirmam que a pobreza possui um caráter material que significa, em última instância, um estado de carência em relação a certo padrão mínimo estabelecido socialmente de necessidades materiais que devem ser atendidas em cada momento por um indivíduo. Por essa lógica, a pobreza resume-se significativamente à insuficiência de renda e esta limita a capacidade de consumo. Rocha (2001) também considerou essa relação entre pobreza e insuficiência de renda. Mesmo admitindo que a pobreza seja considerada uma “síndrome de carências diversas”, associou a pobreza exclusivamente à ocorrência de renda baixa, mais especificamente a níveis de renda incapazes de atender às necessidades básicas em determinado tempo e lugar.

Os conceitos citados, que tratam a renda como base da mensuração da pobreza, podem ser denominados de abordagem unidimensional, bem como pobreza compreendida na sua dimensão econômica. Crespo e Gurovitz (2002)

² DINIZ, M. B.; ARRAEZ, R. A. **A Trajetória recente da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas do Brasil**. Brasília: XV Congresso Brasileiro de Economistas, 2003.

³ ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: o que há de novo no limiar do século XXI?** Niterói, RJ: Revista Economia – ANPEC, vol. 2, 2001.

afirmam que este enfoque, por eles chamado de enfoque de sobrevivência, é o mais restritivo. Teve origem no trabalho de nutricionistas inglesas apontando que a renda dos mais pobres não era suficiente para a manutenção do rendimento físico do indivíduo. A maior crítica que esse enfoque sofre é a de que justificam-se baixos índices de assistência: basta manter os indivíduos no nível de sobrevivência.

Esta discussão está presente em muitos materiais que versam sobre assistência social: mínimos sociais *versus* necessidades básicas. No entanto, o que se percebe muitas vezes é a confusão dos termos. Pereira (2006) discute essa terminologia de forma bastante contundente, diferenciando “mínimos sociais” de “necessidades básicas”.

O artigo 1º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, preceitua que a assistência social a par de ser um direito do cidadão e um dever do Estado é política não contributiva⁴ de seguridade social, que provê os mínimos sociais mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, visando ao atendimento de necessidades básicas (MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2003). Segundo Pereira (2006) a vinculação entre provisão

⁴ Por política não contributiva entende-se aquela que não estabelece condições ou contrapartidas no seu processamento.

mínima e necessidades básicas tem conduzido à crescente tendência de se identificar semanticamente mínimo com básico e de equipará-los no plano político decisório, o que constitui uma temeridade. Mínimo e básico, segundo ela, são conceitos distintos. Enquanto o primeiro tem a conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram à desproteção social, o segundo não. O básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. Assim, enquanto o mínimo pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados.

Esta discussão é extremamente importante quando discute-se programas de combate à pobreza. O que busca? Se o termo “mínimo” expressa a ideia de prestação ínfima e isolada de provisão social, de outro lado temos o “básico” que busca níveis superiores e concertados de satisfação e devem ser perseguidos quando se lida com necessidades humanas.

Uma outra forma de conceituar pobreza refere-se à dimensão política ou ao

aspecto multidimensional da mesma. Demo (1996) apresenta a hipótese de que o centro da pobreza não estaria na insuficiência de renda, mas na exclusão política. Segundo ele a insuficiência de renda representa fenômeno decisivo na vida das famílias, mas é sobretudo decorrência da precariedade da cidadania histórica. Destaca dois equívocos quando se toma a insuficiência de renda como determinante central da pobreza. O primeiro refere-se a uma confusão entre causa e decorrência; e o segundo, à delimitação da análise ao campo do mercado, sem considerar o cenário político da pobreza. Desta forma, define pobreza política como sendo a dinâmica central do fenômeno chamado pobreza e que privilegia a dimensão da desigualdade.

Em sintonia com esta linha de raciocínio Telles (2001, p. 51) afirma que:

No horizonte da cidadania a questão social se redefine e o pobre, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isto sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de negação de direitos.

Segundo Sen (2000), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Para o referido autor a capacidade é um tipo de liberdade:

a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. Como exemplo podemos afirmar que uma pessoa abastada que faz jejum por sua livre e espontânea vontade pode ter a mesma realização de funcionamento que uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema, porém, a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda. Ao analisar a pobreza nesta perspectiva, não nega que a renda baixa é uma das principais causas do fenômeno e que a falta de renda pode representar uma razão básica da privação de capacidade das pessoas.

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe a atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins (SEN, 2000, p. 112).

Diante do que foi exposto anteriormente percebe-se que a privação de capacidades envolve uma série de restrições que não permitem que as pessoas levem um tipo de vida por elas almejada. Essas restrições podem significar não ter renda suficiente para obter bens e serviços desejados, não ter capacidade física para desenvolver certas atividades, não ter

acesso à educação e saúde, não ter livre acesso a troca de bens e serviços, não ter direitos civis e políticos respeitados, etc. (SOUZA, 2004).

Lavinas (2003)⁵ citado por Teixeira (2007), conceitua a pobreza como um estado de carência e privação que pode por em risco a própria condição humana. Portanto, define que ser pobre é ter “sua humanidade ameaçada”, seja pela não satisfação das necessidades básicas, seja pela incapacidade de mobilizar esforços em prol da satisfação de tais necessidades.

Assim, por esta concepção, como afirma Demo (1996, p. 97), ser pobre não é tanto ter menos (carente), mas ser menos (desigual). O autor diz que as carências materiais são relevantes, mas não as mais cruciais, pois “a condição mais aguda da pobreza é a exclusão de caráter político, historicamente produzida, mantida, cultivada”.

A pobreza compreendida fundamentalmente na sua dimensão política e no seu aspecto multidimensional aponta o caminho para que a pobreza seja reduzida através da atuação do Estado. Nesse sentido o caminho seria aumentar liberdades, tarefa possível por meio da expansão das capacidades humanas dos pobres. (UGÁ, 2004).

⁵ LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias práticas. **Revista econômica**, 2003.

Fica claro que em ambas as perspectivas, a noção de pobreza como inadequação de capacidades e a noção de pobreza como baixo nível de renda estão vinculadas, uma vez que a renda é um meio fundamental na obtenção de capacidades. Da mesma forma, quanto mais capacidades maior o potencial produtivo de uma pessoa e, conseqüentemente, maior a chance de se obter uma renda mais elevada. Entretanto, uma renda mais elevada não significa necessariamente capacidades maiores. Essa relação, portanto, é importante na eliminação da pobreza de renda. Com uma educação básica, serviços de saúde melhores, etc., há um aumento no potencial do indivíduo auferir renda e de, assim, livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance das políticas públicas, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Vista sob o ângulo de privação de capacidades, a pobreza passa a envolver múltiplas dimensões além da simples carência de renda. De fato, caracterizar a pobreza como privação de capacidades tem a vantagem de concentrar a atenção naquilo que é intrinsecamente mais importante – a expansão das liberdades

reais das pessoas – e não apenas num único aspecto que, embora importante, é apenas instrumentalmente relevante.

Vale citar a visão de Tévoédjré (1982)⁶ citado por Garcia (2005), que traz uma visão positiva da pobreza, visão esta muito diferente das demais. Tal autor define como pobre aquele que tem apenas o necessário, não o supérfluo. Esta compreensão, segundo ele, deveria ser assumida por todos os povos. Parte de uma crítica ao consumismo e dos problemas que isto causa. Neste caso, o que é considerado pobreza passaria a ser condição de todos e não uma situação vivenciada por uma parcela da população. Das posições aqui apresentadas, esta visão diferenciada é a que mais se aproxima de uma visão socialista, considerando uma distribuição equânime da produção social.

2 NATURAL OU SUPERÁVEL? UM DILEMA PERSISTENTE

Dado o esforço de discutir a falta de consenso em torno do que seja pobreza e as respectivas perspectivas, bastante pertinente parece, além disso, buscarmos compreender o fenômeno pobreza nas diferentes teorias do Estado, ou seja, compreender as diferentes visões da

⁶ TÉVOÉDJRÉ, A. **A pobreza, riqueza dos povos: transformação pela solidariedade**. 2. ed. São Paulo: Cidade Nova/Vozes, 1982.

pobreza e a respectiva responsabilidade/comprometimento que o Estado tem diante dessa problemática. Este é o propósito de Garcia (2005) e que será pretensiosamente exposto a seguir. O referido autor se atem a examinar a pobreza sob o ponto de vista liberal/neoliberal, social-democrata e marxista.

2.1 A pobreza sob o ponto de vista liberal/neoliberal

As teses neoliberais, absorvendo o movimento e as transformações da história do capitalismo, retomam as teses clássicas do liberalismo e resumem na conhecida expressão “menos Estado e mais mercado” sua concepção de Estado e de governo. Voltadas fundamentalmente para a crítica às teses de Keynes (1883-1946), que inspiraram o Estado de Bem-estar Social, defendem enfaticamente as liberdades individuais, criticam a intervenção estatal e elogiam as virtudes reguladoras do mercado. Estas ideias ganharam força e visibilidade com a grande crise do capitalismo na década de 1970, apresentadas como possíveis saídas para as mesmas.

Como afirma Garcia (2005), dentre outros inúmeros autores, são utilizados os termos liberal/neoliberal por compreender

que não existem especificidades fundamentais que possam exigir o uso diferenciado dos mesmos, apesar de “neoliberal” ser o termo acatado para representar o momento atual. No que diz respeito a autores que compartilham do ponto de vista liberal/neoliberal é possível verificar diferenças significativas no grau de aceitabilidade da intervenção do Estado na diminuição/erradicação da pobreza.

Galbraith⁷ (1979 *apud* GARCIA, 2005), dentre esses autores, é o que oferece um estudo mais detalhado da pobreza. Ele distingue duas formas de pobreza: a que aflige a poucas pessoas ou a minoria, em algumas sociedades; e a que atinge a totalidade das pessoas, com exceção de poucas, em outras sociedades. A pobreza é o tormento maior e mais arrasador do homem. Para ele, todas as explicações dadas para a pobreza são importantes e auxiliam no entendimento desse fenômeno: clima, a etnia, “a tendência à acomodação”. Esta última é compreendida de vital importância para o autor.

Uma outra explicação para a pobreza apresentada por Galbraith (1992) diz respeito à natureza do governo e ao sistema econômico citados como causa. Segundo ele os homens são pobres porque não perceberam as vantagens da livre iniciativa, da livre concorrência e da

⁷ GALBRAITH, J. K. A natureza da pobreza das massas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

economia de mercado. Suas energias são frustradas por uma burocracia estúpida e dispendiosa. A diferença mais importante entre os países ricos e pobres reside, para o autor, no que ele denomina “aculturação” – na acomodação à cultura da pobreza. De todos os aspectos que reforçam o equilíbrio da pobreza nos países pobres, o mais importante é a falta de aspiração, a falta de esforço para sair dessa condição.

Quanto à ação política, Garcia (2005) relata que para Galbraith (1992) existem duas grandes linhas de ataque à pobreza: uma é combater a acomodação, motivando as pessoas a escaparem ao equilíbrio da pobreza; outra, é facilitar esse escape. Para que isso aconteça, afirma que políticas de auxílio devem ser implantadas, ou seja, políticas que reforcem a iniciativa de sair da acomodação.

No tocante à pobreza, Dahrendorf (1992)⁸ citado por Garcia (2005), destaca que as políticas gerais não possibilitam as pessoas saírem dessa condição. Nesse caso, “[...] atividades de desenvolvimento comunitário e até o carisma de indivíduos são indispensáveis” (DAHRENDORF, 1992 *apud* GARCIA, 2005, p. 68). Dentre as medidas necessárias o autor cita o oferecimento de oportunidades educacionais e a possibilidade da garantia

de uma renda básica para todos, renda esta que não deve competir com os salários normais, mas que seja “[...] uma alternativa razoavelmente confortável de vida possível”.

Percebe-se, pelo que foi apresentado até então, que a proposta liberal/neoliberal para o equacionamento dos problemas sociais está calcada na “liberdade” e no fato de esta liberdade só se concretizar no âmbito do mercado. O mercado deve ser o *locus* para a busca de soluções para problemas como a pobreza. Como afirma Garcia (2005), se encontramos nesta perspectiva aqueles que assumem a necessidade de, em alguns momentos, haver uma maior influência do Estado, encontramos também aqueles que como Hayek⁹ propõem uma completa liberação das forças do mercado e a organização de um Estado restrito. Esta concepção não permite a ninguém ter direitos especiais sobre o governo, seja rico ou pobre. O único direito seria a garantia de proteção contra qualquer violência de outrem e a de dispor uma certa renda mínima uniforme quando as circunstâncias forem de todo adversas.

Condizente a esta discussão são as considerações de Bobbio (1995), que ao atualizar a dicotomia direita/esquerda

⁸ DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno**: um ensaio sobre a política da liberdade. São Paulo: Zahar/EDUSP, 1992.

⁹ HAYEK, F. **Direito, legislação e liberdade**: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão, 1985.

afirma que de um lado estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais e, de outro, aqueles que consideram que são mais desiguais que iguais. Afirma que o igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e, enquanto tais, elimináveis. O inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, por isso, inelimináveis. A antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural o inigualitário condena a igualdade social.

A filosofia liberal/neoliberal acredita que a desigualdade é uma consequência da falta de liberdade que o Estado impõe, por exemplo, ao retirar uma porcentagem significativa do vencimento sob a forma de impostos para custear o Estado. Todo jovem precisa contribuir desde o início de sua carreira para a Segurança Social. A opção de decidir se poupa ou não para a aposentadoria futura caberia ao próprio indivíduo.

Segundo Hofling (2001) para os neoliberais as políticas (públicas) sociais – ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – são consideradas um dos maiores

entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer esse equilíbrio. De forma complementar, para Oliveira (2003), na medida em que o mercado é considerado o canal mais adequado para a alocação de recursos, o Estado pode reduzir seu tamanho, funções e competências. A ação do Estado na área social deve ater-se, desse modo, a programas assistenciais de auxílio à pobreza – se necessário, e de modo complementar à filantropia privada. A pobreza é concebida como falta de esforço e nesse sentido qualquer ação do Estado é um "favor" concedido.

2.2 A pobreza sob o ponto de vista social-democrata

De forma bastante sucinta e simplificada, podemos afirmar que a social-democracia pode ser compreendida enquanto uma tentativa de “humanizar” o capitalismo. Para Giddens (1998), a social-democracia vê o mercado como gerador de muitos dos efeitos problemáticos, algo que

os próprios socialistas tinham diagnosticado. No entanto, a social-democracia compreende ser possível emudecê-los ou superá-los pela intervenção do Estado no mercado. O Estado tem a obrigação de fornecer bens públicos que os mercados não podem suprir, ou só o podem fazer de forma fragmentada. Uma forte presença do governo na economia, e também em outros setores da sociedade, seria normal e desejável, uma vez que, numa sociedade democrática, o poder público representa a vontade coletiva. Para a social-democracia clássica, o envolvimento do governo na vida da família é necessário e digno de aplausos. Benefícios estatais são essenciais para o auxílio às famílias em necessidade, e o Estado deveria intervir onde quer que os indivíduos, por uma razão ou outra, sejam incapazes de se defender. Como Marx, Keynes, economista inglês e teórico da intervenção do Estado na economia, encarava o capitalismo como dotado de qualidades irracionais. No entanto, diferente de Marx, acreditava que seria possível controlá-las para salvar o capitalismo de si mesmo.

Na prática, os modelos social-democráticos variaram substancialmente¹⁰.

¹⁰ São exemplos de países a adotar a social-democracia Alemanha, França, Suécia e a Inglaterra. Em 1998, Tony Blair, do Partido Trabalhista Britânico, ressaltou sua ambição de criar um consenso internacional de centro-esquerda

No entanto, pode-se afirmar que consistem em uma filosofia política que busca implementar o Estado de bem-estar social, o *Welfare State*, Estado que garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo cidadão, não como caridade, mas como direito político (SETEMBRINI, 1997).

Na tentativa de analisar o fenômeno pobreza sob o ponto de vista social-democrata, Abranches¹¹ (1986 *apud* GARCIA, 2005), refere-se aos problemas estruturais do capitalismo, principalmente ao fato de vivermos numa sociedade de mercado que impõe uma série de limites à própria possibilidade de sobrevivência das pessoas. Apresenta soluções que partem do interior desse próprio sistema no momento em que atribui ao Estado a tarefa de eliminar o que ele chamou de “focos estruturais de pobreza”.

Para Alayón (1995)¹² citado por Garcia (2005), o Estado de Bem-estar deve ser caracterizado como algo que não faz parte da lógica do sistema capitalista, por isso tem de ser atacado. Parte da compreensão de que o Estado de Bem-

para o século XXI, alternativa à velha esquerda e à nova direita. Este projeto de sociedade é a chamada Terceira Via, uma proposta de renovar a social-democracia clássica.

¹¹ ABRANCHES, S. H. **Os despossuídos:** crescimento e pobreza no país do milagre. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

¹² ALAYÓN, N. **Assistência e assistencialismo:** controle dos pobres ou erradicação da pobreza? 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

estar é uma das principais soluções para a pobreza. Afirma que a pobreza ocorre em função do cumprimento dos objetivos do sistema capitalista, ou seja, da acumulação e do lucro, porém, à medida que analisa o tema, deixa claro, que as soluções podem ser encontradas no interior do próprio sistema. O Estado, segundo ele, passa a ser o elemento central para que isso ocorra. Nota-se que na sua compreensão dos problemas estruturais do capitalismo, bem como do Estado capitalista, não chega a pôr em xeque o sistema como tal.

Frente ao que foi colocado até então, fica claro que a pobreza na perspectiva dos autores de orientação social-democrata é vista como resultado do modelo econômico adotado pautado em políticas liberais. No entanto, é importante salientar que esses autores não se colocam mais no campo do “anticapitalismo”, mas como assevera Wood (2001, p. 13), se caracterizam como críticos desse sistema sem, no entanto, deixar de vê-lo “[...] como único jogo disponível (desejando apenas) que os capitalistas sejam mais humanos e mais socialmente responsáveis”. Nesse sentido, pode-se afirmar que eles não vêm o capitalismo como “uma ordem”, mas como “a ordem”. Wood (2001) também ressalta o fato de eles não atribuírem os problemas sociais, dentre eles a pobreza, ao capitalismo propriamente dito, mas a

tipos particulares de capitalismo, a exemplo do que fazem quando criticam o denominado “neoliberalismo” ou, como destaca a autora, o capitalismo de mercado desregulamentado, ou mesmo o capitalismo globalizado.

Dessa forma, segundo Garcia (2005), pode-se afirmar que sob o ponto de vista social-democrata a pobreza é concebida como um fenômeno conjuntural, o que pressupõe solução no interior do próprio sistema, podendo então desaparecer enquanto problema social. Nessa ótica ela passa a ser resultado das chamadas políticas neoliberais e do modelo econômico que se estrutura a partir delas, ou ainda como resultado de uma crise conjuntural do capitalismo, cujo foco central é a globalização e, em especial, a supremacia do capital financeiro.

As políticas neoliberais e o modelo econômico pautado na chamada globalização excludente acarretam, por essa perspectiva, um grande problema para as políticas sociais, consideradas chaves no aplacamento da pobreza. A maioria dos autores chama a atenção para o papel primordial das políticas sociais na resolução dos problemas sociais. Essas políticas são vistas como uma forma de combater os efeitos perversos do capitalismo, e o efeito perverso, por excelência, apontado pela ampla maioria

dos estudiosos é a pobreza. Entender a pobreza como não sendo um problema estrutural do capitalismo permite que as políticas sociais e a distribuição de renda, neste modo de produção, possam ser consideradas como elementos de diminuição progressiva e sustentável da pobreza até atingir sua erradicação (GARCIA, 2005).

Entretanto Pereira (1986, p. 23), entre outros autores, apresenta a impossibilidade de a pobreza ser resolvida no interior do capitalismo. Na ocasião, afirmava que “[...] a abertura de oportunidades aos desiguais via política social, não significava outra coisa senão a institucionalização da desigualdade ao invés de sua extinção [...]”. Isto significava a adoção de uma postura crítica em relação às defesas em prol do Estado de Bem-estar como solução para a pobreza. A pobreza é entendida como um problema estrutural do capitalismo e como tal não tem solução no seu interior. Esta visão é a que será exposta a seguir.

2.3 A pobreza sob o ponto de vista marxista

Com o intuito de analisar a pobreza sob o olhar marxista, faz-se necessário inicialmente desvelar, mesmo que de maneira bastante sucinta, as categorias

marxistas, mesmo não sendo esse o objetivo central.

Muitos pensadores discutiram a possibilidade de uma sociedade ideal, imaginaram uma sociedade perfeita, no entanto, poucos sistematizaram este projeto. Por esta razão foram denominados de socialistas utópicos¹³. Com Karl Marx (1818-1883) e seu colaborador, Friedrich Engels (1820-1895), as perspectivas mudaram. Começou-se a discutir concretamente como fazer para mudar e implantar uma sociedade mais justa. É com eles que começa o chamado socialismo científico¹⁴, isto é, uma suposta ciência para colocar em prática esses ideais.

A partir do pressuposto de que a sociedade é fruto da ação humana, é possível pensar que ela pode adquirir outras formas, diferentes daquelas que conhecemos. Os socialistas, então, passaram a questionar o Estado liberal burguês. As críticas ao liberalismo resultam da constatação de que a livre

¹³ Para melhor conhecer o pensamento de Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier, considerados os principais socialistas utópicos no século XIX, ver interessante obra de Petitfils (1978).

¹⁴ A teoria marxista buscava a forma de acabar com a estrutura capitalista e o caminho a seguir seria promover a luta entre as classes que formam essa estrutura: os proprietários dos meios de produção ou burguesia *versus* a força de trabalho ou proletariado, com a vitória dessa última classe. O proletariado chegaria ao poder e destruiria o grande mal da sociedade capitalista: a propriedade privada dos meios de produção, substituindo-a pela posse coletiva dos meios. Dessa forma, atingiria o seu objetivo final que seria o fim de todas as desigualdades sociais.

concorrência não trouxe o equilíbrio prometido, ao contrário, instaurou uma “ordem” injusta e imoral. Além disso, se o liberalismo clássico enfatizara a liberdade individual, as novas teorias exigem a igualdade, não apenas formal, mas real, e contrapõem ao individualismo o socialismo e a supressão da propriedade privada. Diferente da social-democracia, que também compreende o sistema capitalista como injusto, sob um olhar marxista os problemas do capitalismo decorrem do próprio sistema, que nesse caso deveria ser extinto.

Segundo Garcia (2005), são poucos os estudos que visam destacar a compreensão de Marx em relação à pobreza, bem como também são poucos os que tentam um estudo da mesma a partir da teoria "marxiana"¹⁵. Muitos marxistas citam-na, fazem observações a respeito da sua condição de elemento estrutural do sistema de produção capitalista e reprodução do capital, mas não têm por objetivo pô-la como centro de suas análises. Ou melhor, a pobreza não se constitui um objeto específico de estudo.

Garcia (2005) afirma não ter sido muito bem sucedido em sua pesquisa buscando encontrar autores que tivessem feito uma descrição da pobreza na teoria

¹⁵ Como teoria marxiana entende-se teorias baseadas em releituras de Marx ou mesmo atualizações da referida teoria.

marxiana. Ele destaca dois autores que intentaram tal tarefa: Rosdolsky (2001)¹⁶ e Soto (2003)¹⁷.

Rosdolsky não se propõe a um estudo detalhado da pobreza na teoria marxiana. Seu objetivo é bastante pontual. Ao buscar descrever a gênese e estrutura de “O Capital”, acaba debatendo sobre se Marx formulou ou não uma “lei do empobrecimento”. Propõe este debate tendo em vista que alguns autores¹⁸ afirmam que Marx teria formulado essa lei e que isto poderia ser apreendido nos seus escritos. Rosdolsky é categórico ao afirmar que Marx não formulou uma “lei do empobrecimento” (GARCIA, 2005).

Percebe-se que este entendimento contraria a crítica que alguns autores fazem em relação ao que é considerado um dos erros cometidos por Marx que, na compreensão deles, defendeu a inevitabilidade do processo de empobrecimento da classe trabalhadora. O trabalhador se tornaria pobre e a insatisfação por parte do proletariado levaria à revolução. Rosdolsky (2001 *apud* GARCIA, 2005) entende que

¹⁶ ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

¹⁷ SOTO, S. F. El concepto de pobreza en la teoría marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 73, ano XXIV, março de 2003.

¹⁸ Refere-se especialmente a Fritz Stenberg e a John Strachey, autores considerados marxistas, mas que, na opinião de Rosdolsky, cometem muitos equívocos na leitura que fazem de Marx.

algumas passagens, tomadas isoladamente, acabam não justificando a ideia de que Marx tenha desenvolvido uma teoria do empobrecimento. É necessário ir bem mais a fundo na obra deste autor para entender suas explicações a respeito da dinâmica do capital. Segue seu texto justificando que Marx não acreditava em um empobrecimento contínuo, nem relativo, nem absoluto da classe trabalhadora. Neste sentido, afirma que:

Não queremos dizer que na realidade capitalista inexistem tendências de empobrecimento; elas existem, mas é preciso saber onde busca-las. Essas tendências manifestam-se claramente em dois casos: em primeiro lugar, temporariamente, em todos os períodos de crise; em segundo, permanentemente, nas chamadas regiões subdesenvolvidas do mundo (ROSDOLSKY, 2001 *apud* GARCIA, 2005, p. 270).

Parece claro que o fato de dar relevo ao progressivo empobrecimento da classe trabalhadora não significa ignorar que grupos que compõem esta classe possam vivenciar experiências diferentes. Aliás, é necessário destacar que são estes grupos que acabam servindo de referência para que seja preservado um grau de esperança em torno da possibilidade de que todos possam, em algum momento, melhorar sua condição, o que tende a evitar confrontos no interior da sociedade. Além disso, não podemos esquecer do desenvolvimento da caridade e das políticas sociais que também servem de

freio aos descontentamentos sociais (GARCIA, 2005).

Soto (2003) citada por Garcia (2005), por sua vez, objetivou realizar precisões teóricas e metodológicas do conceito de pobreza em análises da sociedade capitalista a partir da perspectiva marxiana. Para a autora o tema pobreza aparece na obra de Marx desde os seus manuscritos. Segundo ela é necessário compreender a pobreza como uma construção social transitória e mutável, fruto e parte do movimento da sociedade capitalista. A partir disso, a pobreza tem, então, um duplo papel na sociedade capitalista: é efeito do regime de acumulação desse modo de produção e também é condição determinante desse processo de acumulação. Por essa lógica isto significa dizer que o aumento da pobreza indica o aumento da concentração de riqueza nas mãos de um grupo cada vez menor de capitalistas.

A referida autora destaca que para entender a pobreza a partir da teoria marxiana, é necessário entender as leis gerais que regem o regime de acumulação capitalista, e a lei geral deste sistema de produção é a da produção de mais-valia, ou seja, a produção de um excedente para além daquilo que é pago ao trabalhador ou, como coloca a autora, o que é criado a

partir do trabalho retribuído. Isto leva à compreensão que:

A pobreza do trabalhador se constitui em consequência e condição necessária da existência do regime, e é justamente essa condição de necessidade que a coloca como base essencial da riqueza: neste sentido, esta condição é determinante e fundamental, pois nos indica que a miséria é condição de existência da sociedade capitalista, esta só existe porque se cimenta na miséria (SOTO, 2003 *apud* GARCIA, 2005, p. 274).

Em termos gerais, Soto (2003 *apud* GARCIA, 2005) destaca os elementos centrais da compreensão marxiana em torno da pobreza. O fato de dar relevo ao fenômeno como sendo estrutural e resultado da dinâmica do próprio sistema, não sendo, desta forma, algo que possa ser corrigido, ou melhor, erradicado no seu interior, impede que sejam encontradas soluções que não a partir de uma transformação radical do sistema de produção.

Montibeller-Filho (2008) parte da mesma premissa. Embora se atenha primordialmente a problemática ambiental e a constatação de que a mesma pode ser amenizada e não resolvida no atual modo de produção, afirma de forma mais ampla que os custos sociais e ambientais fazem parte do moderno sistema produtor de mercadorias. Desta forma acaba sendo impossível deixar de gerar estes custos já que para isto terá que se abrir mão daquilo que é motor fundamental, o lucro e a

acumulação do capital. Nesta perspectiva também fica evidente a aproximação entre capitalismo e pobreza.

De forma bastante simplificada podemos afirmar que se para o liberalismo/neoliberalismo a solução para os problemas sociais, dentre eles, a pobreza, encontra-se prioritariamente no âmbito do mercado, para os social-democratas, encontra-se centralmente no Estado. No caso da perspectiva marxista em nenhum dos dois, mas na construção de um outro sistema social, na construção do comunismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que fica evidente diante do que foi apresentado até então o quão "carregado" é o conceito de pobreza. As divergências começam pela clara definição de que problemas estamos nos referindo. Analisando, por exemplo, os programas de transferência de renda, uma das estratégias bastante enfatizadas recentemente, claramente a concepção de pobreza por detrás dessa estratégia é a compreendida em sua dimensão econômica, abordagem unidimensional. Por uma lógica multidimensional ou de cidadania a lógica de simplesmente transferir renda parece ser bastante restritiva. Mesmo transparecendo algo um tanto abstrato, ter claro o que se

entende por pobreza e, mais do que isso, sua origem, viabilidade de eliminação e ainda, o meio para que isso seja possível, traz reflexos bastante precisos e práticos ao se formular e implementar estratégias neste campo. Este enunciado deixa clara a importância da análise das diretrizes das políticas sociais, ou seja, da concepção político-ideológica que as alicerça, visto que isso possibilitará entender o formato da política adotada para lidar com esta questão.

Afinal, como dar conta desta problemática? De um ponto de vista liberal/neoliberal ela pode ser considerada natural e sua amenização se dá no âmbito do mercado e na garantia da liberdade individual só alcançada a partir da diminuição da interferência do Estado na economia e na vida das pessoas. Por um viés social-democrata a superação do problema está em um Estado interventor, seja na economia, seja na vida das pessoas através do oferecimento de políticas públicas que buscam aproximar os desiguais ao buscar garantir igualdade de oportunidades. A partir de uma perspectiva marxista a erradicação da pobreza só pode ser pensada a partir da construção de uma outra lógica que não a capitalista. A premissa fundamental é de que a pobreza ou os custos sociais são parte estruturante

do modo de produção capitalista e, mais do que isso, "motor" para o mesmo.

Embora o foco principal do presente trabalho seja deixar claro o quanto as diferentes concepções de homem e de mundo afetam este campo de estudo, esta visão permite que sejam feitas algumas inferências, mesmo intencionalmente marginais a respeito do enfoque considerado mais condizente com a realidade. Parece urgente o esforço em vários flancos para se aperfeiçoar o sistema de proteção social brasileiro ainda preso às amarras do passado e à crença ainda bastante recorrente de que ser pobre é indicativo de falta de esforço e na "corrida" rumo ao sucesso, todos largam de um mesmo ponto de partida. Não adepto a essa crença central, o dilema está em pensar soluções. É possível humanizar o capitalismo ou ele é essencialmente perverso?

Descartadas algumas dúvidas bastante rotineiras neste impasse, é difícil aceitar o fato de que o capital seja “a ordem” e não “uma ordem”. Mais do que isso, propor a erradicação da pobreza dentro da própria ordem “[...] é enganar aqueles que sonham em não mais conviver com a fome e a miséria, acreditando que na ordem evolutiva, em algum momento, isto será apenas um episódio triste no grande espetáculo do capital” (GARCIA, 2005, p.

352). Acreditar nisso é assumir que a humanidade terá de conviver com a sua própria desumanidade. Embora este posicionamento seja atacado com frequência, sobretudo por ser considerado utópico, como expõe Macdonald (1995) as utopias são necessárias como referências. Se não são cabalmente alcançáveis, servem para que se chegue o histórica e humanamente mais próximo delas possível. Não sendo essa uma posição que prevalece parece que “como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço” (IANNI, 1996, p. 267).

ABSTRACT

Talking about poverty is talking about a very controversial topic and as such full of meanings. Given this context, this article aims to show at first two major possibilities for defining, in a second step to understand the phenomenon of poverty in different theories of the state, in other words, understand the different visions of poverty and its responsibility /commitment that the State have faced this problem. In summary, from a liberal point of view / neoliberal it can be considered a natural softening occurs within the market and the guarantee of individual freedom only achieved from the reduction of state interference in the economy and in people's lives. For a social-democratic bias overcoming the problem occurs from an interventionist state, the economy is either in people's lives by providing public policy. From a Marxist perspective poverty eradication can only be thought from the construction of another logic than the

capitalist. The fundamental premise is that poverty and social costs are structuring part of the capitalist mode of production, and more than that, "engine" for the same.

KEYWORDS: poverty, overcoming; political ideologies.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda:** razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE - Revista de Administração de empresas**, v. 1, n. 2. jul./dez. 2002.

DEMO, P. **Combate à pobreza:** desenvolvimento como oportunidade. São Paulo: Autores Associados, 1996.

GARCIA, A. V. **A pobreza do homem.** Florianópolis, 2005. 364 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

GIDDENS, A. **A terceira via.** São Paulo: Record, 1998.

HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES.**, Campinas, v. 21, n. 55, 2001. p. 30-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 08 jan. 2007.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

MACDONALD, J. B. **Economia e ideologia no Capitalismo, no Socialismo**

e no **Estatismo**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1995.

MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **LOAS**: Lei Orgânica da Assistência Social. 3. ed. Brasília: MAS, 2003.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

OLIVEIRA, H. M. J. de. **Cultura política e assistência social**: uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, P. A. P. O Estado de Bem-estar e as controvérsias da igualdade. **Sociedade e Estado**. V. 1, p. 11-24, jun. 1986.

_____. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialistas utópicos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SETEMBRINI, D. Social-Democracia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, 9. ed., 1997.

SOUZA, André Portela. Por uma política de metas de redução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jul. 2007.

TEIXEIRA, G. E. **Faces e interfaces da pobreza e do desenvolvimento**: uma análise para a cidade de Montes Claros (MG). Montes Claros, 2007. 135f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros. Disponível em: <file:///C:/Users/Fernando/Downloads/gilmar_emilia_teixeira.pdf> Acesso em: 11 dez. 2007.

TELLES, V. S. No fio da navalha: entre carências e direitos: notas a propósito dos programas de Renda Mínima no Brasil. **Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades**. São Paulo: Polis, 2001, p. 1-23.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, nov. 2004. p. 55-62. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jul. 2007.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.